

O Duque de Caxias e sua projeção como Ministro da Guerra

Cláudio Moreira Bento*

Produto de pesquisa histórica básica, o artigo apresenta aspectos pouco divulgados da biografia do Duque de Caxias. Ao mesmo tempo, resgata a memória de alguns militares ilustres seus contemporâneos.

Caxias foi Ministro da Guerra por 6 anos, 6 meses e 24 dias em três períodos distintos: 24 de junho de 1855 a 04 de maio de 1857, 02 de maio de 1861 a 24 de maio de 1862 e de 12 de março de 1857 a 05 de janeiro de 1878.

Nesses períodos, acumulou o cargo com a chefia do Governo do Brasil, na condição de Presidente do Conselho de Ministros, exceto de 14 de junho de 1855 a 3 de agosto de 1856 (1 ano e 19 dias), em que só foi Ministro da Guerra.

Foi tempo suficiente para promover uma reforma administrativa profunda no

Exército, com a criação da Repartição do Ajudante General.

Criada por Lei de 30 de junho de 1856 e instalada em 31 de janeiro de 1857, teve ela como primeiro Ajudante General, o experimentado tio de Caxias, Marechal Manoel da Fonseca Lima e Silva, Barão de Suruí, ex-Ministro da Guerra (1831-32 e 1835-36), e ex-subcomandante do Batalhão do Imperador, na Guerra da Independência da Bahia.

A reforma deu continuidade à administração do Exército, pois os ministros da guerra, em expressiva maioria, eram parlamentares civis que se sucediam na pasta, sem conhecimento ou interesse por seus problemas, às vezes lhes eram até hostis. A eles se subor-

dinavam diretamente os Comandos das Armas, até então descoordenados.

O Ajudante General era, em realidade, o comandante do Exército, como se verá, e o Ministro não possui a força que passou a ter após a República, para cuja proclamação o Ajudante General de então, o Marechal Floriano Peixoto, foi o fiel da balança.

O Ajudante General passou a ter, sob seu comando direto, os Comandos das Armas das Províncias e a comandar, pessoalmente, o Comando das Armas da Corte (atual 1ª Região Militar).

Essa organização perdurou até a regulamentação, em 6 de janeiro de 1899¹ da Lei que criou o Estado-Maior do Exército e a atual 1ª Região Militar.

* Coronel de Engenharia e Estado-Maior. Sócio benemérito do IGHMB e Presidente da AHIMTB.

1. Decreto 3.189.

A partir da República, os ministros da guerra passaram a ser militares (exceto Pandiá Calogeras, 1919-22), ao contrário do que ocorreu no Império, como já destacado. Neste chefiaram a pasta da guerra parlamentares, deputados ou senadores, e excepcionalmente, militares-deputados ou senadores e, conforme se constata da relação geral publicada na História do Exército Brasileiro (v.1, p. 1-2). Muitos dos militares fizeram carreira mais de políticos do que de chefes militares, ou cabos de guerra.

Substituiu-se assim o Ajudante General, comandante do Exército em nome do Ministro, pelo Estado-Maior, assessor do comandante do Exército, e o Ministro da Guerra, a partir de 1967, passou a ser Ministro do Exército.

Ao Ministro da Guerra competia defender, junto ao Gabinete de Ministros, os interesses de sua pasta (verbas, leis etc).

Ministro da Guerra, Presidente do Conselho de Ministros por 4 anos e meio, Senador e Conselheiro de Guerra, Caxias ficou, como se diria, com a faca e o queijo

na mão para atender às necessidades do Exército, que ele conhecia como ninguém.

Junto com o Ajudante General, mais ligado à Tática e à Estratégia, foi criada a Repartição do Quartel Mestre General, ligado à logística. Ambos despachando direto com o Ministro.

O Ajudante General tinha a seu cargo: planos e operações militares; trabalhos de História Militar em apoio ao planejamento de operações; administração da justiça, da instrução e do ensino militar; administração do pessoal e da reserva, tudo enfim referente a pessoal – organização, justiça e disciplina, etc.

O Quartel Mestre era uma espécie do Intendente-mór. Era o responsável, no Exército, pela aquisição, depósito, recolhimento, conservação, suprimentos e transporte de armamento, munições, equipamentos e materiais diversos; pelas comunicações; pelos arsenais e fábricas, remonta, hospitais e farmácias, próprios nacionais, obras militares e pelo asilo de Inválidos da Pátria, na Ilha do Bom Jesus.

Fora essa a estrutura que Caxias implementara no Exército do Sul quando ao

seu comando, na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852), durante a qual teve, como Ajudante General, o fluminense coronel de Artilharia José Mariano de Matos, que aderira a Revolução Farrroupilha.

Mariano de Matos fora Ministro da Guerra e da Marinha, Vice-presidente e Presidente interino da República Rio-Grandense e, em 1864, foi Ministro da Guerra do Império do Brasil². Foi ele o autor da idéia do Brazão Farrapo, adotado, em 1891, como o do Estado do Rio Grande do Sul.

O Quartel Mestre era o topo de um canal técnico que ia até o Tenente Quartel Mestre das unidades, tendo estágios e nomes próprios nos diversos escalões, como Deputado do Quartel Mestre das divisões e brigadas. Essa estrutura funcionou bem na Guerra do Paraguai.

Hoje se tem a falsa idéia de que o Ministro da Guerra, no Império e início da República, possuía poder e ação direta sobre o Exército, como a partir de 1899, com a instalação do Estado-Maior do Exército.

*

Foi Ajudante General do Exército, ou comandante de fato do Exército no Império,

2. "O Exército Farrapo e seus Chefes" (BIBLIEx, v.1)

por longos 15 anos, o tenente-general Manoel Antônio da Fonseca Costa, pai do Visconde da Penha, Mare-

Vista. A expedição fora comandada por seu parente e pai de Caxias, coronel Francisco Lima e Silva, de

de 1847 a 7 de fevereiro de 1855.

Comandou também as Armas da Bahia, atual 6ª Região Militar por 5 meses, em 1855, tendo como ajudante-de-ordens seu filho, João, já consagrado colaborador de Caxias na Revolução Farroupilha e na guerra contra Oribe e Rosas (1851-52)

Comandou ainda a Guarda Nacional da Corte, de 6 de fevereiro 1858 a 22 de abril de 1868, por mais de 10 anos, quando organizou contingentes enviados ao Paraguai.

Foi titulado Barão da Gávea, em 17 de março de 1871. De 1873 a 1888, por 15 anos, exerceu a função de Ajudante General de dezenove ministros da guerra, parlamentares, deputados ou senadores, como interinos ou efetivos, em face da grande rotatividade entre liberais e conservadores. Esse fato revela a importância da função de Ajudante General, criada por Caxias.

Eis os ministros de que foi Ajudante-General: Visconde do Rio Branco (1872-73); João José de O. Junqueira (1873-75 e 1885-86); Duque de Caxias (1875-77); Luiz Antônio Pereira Franco (1876); Marques de Herval-

Hoje se tem a falsa idéia de que o Ministro da Guerra, no Império e início da República, possuía poder e ação direta sobre o Exército, como a partir de 1899, com a instalação do Estado-Maior do Exército.

chal João da Fonseca Costa, que fora colaborador de Caxias. Este, em reconhecimento, lhe deixou, em testamento, sua *invicta* espada de campanha. Ambos foram ligados por laços de parentesco e amizade aos Lima e Silva.

O tenente-general Manoel Antônio da Fonseca Costa, Visconde da Gávea (1803-1890), nasceu no Rio de Janeiro em 24 de abril de 1803, quatro meses antes de Caxias. Era filho de um oficial de Infantaria de mesmo nome. Fez carreira na Cavalaria, no atual Regimento dos Dragões da Independência de Brasília³.

Comandou um esquadrão no combate à Confederação do Equador, em 1824, tendo lutado no bairro da Boa

quem logo a seguir seria ajudante-de-ordens, no Comando das Armas de São Paulo, em 1828.

De fato, com a abdicação de D. Pedro I, foi ele ajudante-de-ordens do tio de Caxias, Brigadeiro José Joaquim Lima e Silva, Visconde de Magé, que comandara o Batalhão do Imperador e o Exército Libertador da Bahia, em 2 de julho de 1823.

Na Revolução Liberal de 1842 de São Paulo, foi para lá enviado à frente de 280 homens, tendo sido na ocasião, como tenente-coronel, ajudante-de-ordens de seu parente e amigo, o então Barão de Caxias, enviado para pacificar a província rebelada, além de ser responsável pelo *Detalhe*, nome à época do Boletim Diário.

Promovido a coronel, comandou, por cerca de 8 anos, o atual Regimento de Dragões da Independência, de Brasília, de 7 de setembro

3. "Uma Testemunha dos Grandes Momentos da Nossa História" (Revista Militar Brasileira, v.98, mai/jun 1972, pp101 e 102, e Correio Brasiliense, Brasília, 21.04.1972.

general Osório (1878-79); Eduardo Andrade Pinto (1878); João Lins V. Canção Sinimbu (1879); Tenente-general Antônio Correa Câmara, Visconde de Pelotas (1880-81, por ocasião morte de Caxias); Barão Homem de Mello (1881); Franklin Dória e Barão de Loreto (1881-82, criador da Bibliex como fonte de consulta); Afonso Augusto M. Pena (1882-84); Carlos Afonso de Assis Figueiredo (1882-83); Antônio Joaquim Rodrigues Jr (1883-84); Felipe Franco de Sá (1884); Cândido Maria de Oliveira (1884-85); Engenheiro Militar Antônio Eleutério Camargo (1885); Alfredo Chaves (1886-87); Joaquim Delfino Ribeiro da Luz (1887-88) e Thomaz Coelho (1888).

O Marquês da Gávea deixou a função de Ajudante General em razão de protesto que lhe foi enviado pelo Clube Militar, sob a liderança do marechal Deodoro da Fonseca, protesto de recusa do Exército em fazer o papel de capitão do mato na perseguição de escravos fugidos.

Deixou o cargo de que pedira exoneração em 17 de

maio de 1888, quatro dias decorridos da Lei Áurea, após a qual, como se constata pela imprensa da época, a Princesa Isabel passou a ser chamada a *Redentora* e o Exército de *Redentor dos escravos*.

Foi ele Ajudante-General de Caxias (1875-77), quando em esforço coordenado, reformaram e ampliaram o atual Palácio Duque de Caxias, o qual adquiriu o aspecto que tinha no dia 15 de novembro de 1889, da Proclamação da República⁴.

Até bem pouco tempo, decoravam o refeitório de oficiais da 1ª Região Militar dois enormes óleos feitos na época. Um do Duque de Caxias em campanha, ao lado de um canhão, e outro do Marquês da Gávea, na atual Praça da República, tendo ao fundo, em reforma, o atual palácio Duque de Caxias. O óleo de Caxias foi destinado à Academia Militar das Agulhas Negras.

O Marquês da Gávea foi reformado, pela República, aos 86 anos, em 30 de janeiro de 1890, após 76 anos de serviço. Faleceu em 13 de junho de 1890.

Ele e seu filho, Marechal João Fonseca da Costa, sentaram-se lado a lado, por cerca de 8 anos, como Con-

selheiros de Guerra, de igual forma que Caxias sentou ao lado do pai por quase igual período no Senado do Império.

*

O marechal João Fonseca Costa, Visconde da Penha, é estudado por Laurêncio Lago, em *Os Generais do Exército Brasileiro*, 1860-1889. Rio, Biblioteca Militar, 1942, pp. 67-72. Acompanhou, como alferes, o Duque de Caxias na Revolução Farroupilha (1842-45). Foi seu ajudante-de-ordens no Comando das Armas da Corte e Rio de Janeiro (1848-51) e na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-52). Retornando ao Rio, continuou nessa função, sendo Caxias Comandante das Armas da Corte, interrompendo para servir de ajudante-de-ordens do pai, o então brigadeiro Manoel da Fonseca Costa, comandante das Armas na Bahia, ser o assistente e ajudante-de-ordens do Ajudante General do Exército (o tio de Caxias e Visconde de Suruí) e coronel chefe do Estado-Maior de Caxias na Guerra do Paraguai. Brigadeiro, em 14 de novembro de 1869, recebeu consagrador elogio de Caxias.

A concluir-se das Memórias de Alfredo de Taunay,

4. "Quartéis Gerais das Forças Armadas do Brasil", "O Exército na Proclamação de República" e "A Guarnição do Rio de Janeiro na Proclamação da República", publicados sob os auspícios da FHE-POUPEX.

passou maus momentos até retirar-se para o Rio por motivos de saúde, em 12 de julho de 1869, depois de 5 meses junto à equipe do Conde D'Eu. Deve ter sofrido muito com a guerra de alfinetes que lhe moveram.

Barão da Penha, em 1874, foi promovido a marechal-de-campo, em 20 de julho de 1876, sendo Caxias Ministro da Guerra e Presidente do Conselho de Ministros. Nesse posto ele vai assistir à morte de Caxias, em 1880.

Fiel ao Império, acompanhou a Família Imperial no exílio. Pediu reforma em 21 de janeiro de 1890 e faleceu, em Paris, em 9 de janeiro 1902, aos 79 anos.

Descendente seu confiou, em 1925, a espada que recebera de Caxias ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro onde, em 1930, serviu de modelo dos espadins de Caxias, símbolo dos cadetes do Exército⁵.

Por tudo se conclui a estreita ligação familiar e profissional dos Fonseca da Costa com os Lima e Silva,

5. "O Espadim de Caxias e seu Simbolismo" (Revista Militar Brasileira, v. 114, mar 1980, pp. 185-190).

6. Maiores detalhes sobre Marquês da Gávea consultar PRETEXTATO, Alfredo, Maciel da Silva, Cap., "Generais do Exército Brasileiro" - Rio, M. Orosco, 1907, p.407.

durante todo o tempo que perdeu o Império.

Indiscutivelmente, os Fonseca da Costa prestaram assinalados serviços militares ao Brasil e estamos seguros de que Caxias estará satisfeito com o resgate histórico que aqui fazemos de seus ilustres e devotados colaboradores e parentes, Manoel Antonio e seu filho João Fonseca Costa⁶.

*

Passemos pois a apreciar as realizações em prol do Exército pelo Duque de Caxias.

• Realizações em sua 1ª investidura no Ministério da Guerra (1855-57)

- As promoções nas armas passaram a ser feitas todas na mesma data (Dec 1634, 1855) atendendo à justos reclamos da tropa.

- O rendimento da cavalaria do Exército, melhorou, ao ser contratado um veterinário e um picador - o célebre Luiz Jácome, carioca, que tirou curso de Hipologia na Inglaterra e que foi consagrado pelos pósteros dando o nome ao picadeiro do Colégio Militar.

Luiz Jácome foi instrutor de equitação da Escola Militar durante a Guerra do Paraguai, quando propoz ao

Exército adotar seu *Sistema de doma racional de cavalos, éguas e muares chucros*. Depois de Caxias, foi também instrutor de equitação de D. Pedro II.

Estudado seu sistema, pelo marechal João Manoel Mena Barreto, que tombaria morto no assalto de Peribeubuf, após se imortalizar na defesa de São Borja, (1865) no comando de Voluntários da Pátria, este emitiu o seguinte parecer: *posto em execução no Exército o Sistema Jácome, em pouco tempo será abolido do Orçamento a rubrica Remonta*.

O sistema era de grande interesse militar, assim como sua publicação. *Livro do Ferrador*, cuja importância assim Jácome justificava: *Por falta de um cravo perde-se uma ferradura e, por causa desta, uma batalha*.

Era um problema relevante a boa técnica de ferrar, num Exército hipomóvel. Tanto que, ao ser contratada a Missão Militar Francesa, veio junto um marechal de Logis que, ao leitor desavisado, pareceria, à primeira vista, um marechal especialista em logística, mas que, em realidade, era um sargento ferrador.

- No tocante à formação de oficiais, transferiu a ins-

trução prática ou profissional do largo do São Francisco para a Fortaleza São João, enquanto se construía a Escola Militar da Praia Vermelha, que fechava a praia entre a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e o Instituto Militar de Engenharia atuais.

Escolheu uma área, o Salitre, na Lagoa Rodrigo de Freitas, para servir de campo de exercícios e de tiro à Escola Militar profissionalizada, uma grande preocupação sua.

Dionfzio Cerqueira dá-nos uma idéia dessa profissionalização antes da Guerra do Paraguai, no seu clássico *Reminiscências da Guerra do Paraguai*. A partir de 1874, ela sofreria o impacto da Reforma do Ensino (Dec 5529, de 17 de janeiro de 1874) que introduziu o bacharelismo militar, o qual perduraria até 1905, quando a Escola Militar foi fechada e, a seguir, extinta, para ser reaberta em Porto Alegre, com o nome de Escola de Guerra.

Presidia, em 1874, o Gabinete de Ministros o Visconde do Rio Branco. Era seu Ministro da Guerra o conselheiro João José de Oliveira Junqueira e, comandante da Escola Militar, fazia 23 anos, o marechal

Polidoro Quintanilha Jordão, Visconde de Santa Tereza, Engenheiro militar, sem experiência militar em campanha, Polidor ligou-se ao desastre de Curupaiti, o que determinaria a sua substituição no comando pelo Marquês de Caxias.

– Outra medida de grande alcance na racionalização e padronização da administração das unidades do Exército foi a criação, nestas, dos Conselhos Econômicos.

– A criação da Pagadoria das Tropas da Corte facilitou a administração do Exército.

– Deu-se especial atenção à nova regulamentação do Corpo de Saúde do Exército.

– Atacou-se o problema crucial do Recrutamento Militar, expondo o problema ao Gabinete de Ministros, que ele integrava, e ao Senado, de que era um membro, da seguinte forma:

O recrutamento forçado admitido entre nós é sistema tortuoso, irregular e improficuo. Enquanto não tivermos uma Lei de Recrutamento, uma lei fundada nos sadios princípios de justiça e de equidade. Lei que obrigue todos os cidadãos de qualquer condição a prestar tempo de serviço militar na força armada regular, em determinadas circunstân-

cias. Lei que encoraje a voluntariedade, por isenções e favores, para a prestação de serviço militar, bem como os engajamentos dos que já serviram o tempo previsto em lei, é questão fechada para mim, que nunca teremos um exército composto de elementos de moralidade e ordem, como convêm ao bom desempenho de sua nobre missão. Mais uma vez invoco o patriotismo (do parlamento), para que doteis o Exército com lei sobre tal matéria, com base no princípio das nossas instituições e em nossos costumes.

Só em 1874 seria votada uma lei do Serviço Militar, mas, descumprida por 42 anos, só foi implementada em 1916, com o 1º Sorteio Militar.

A Lei nº 2556, de 27 de setembro de 1874, regulamentada pelo Decreto nº 5.881 de 27 de fevereiro de 1875, estabelecia:

O Recrutamento para o Exército e Armada (Marinha atual) será feito:

Parágrafo 1º: Por engajamento e renganjamientos voluntários.

Parágrafo 2º: Na deficiência de voluntários, por sorteio dos cidadãos brasileiros alistados anualmente, na conformidade da lei 2556 de 27 de setembro 1874.

O sorteio só foi implementado a partir de 1916, sendo Ministro da Guerra o marechal Caetano de Farias, durante a 1ª Guerra Mundial.

• Realizações em sua 2ª investidura no Ministério da Guerra.

– Reformulação das doutrinas de Instrução, de emprego operacional, e de Justiça e Disciplina do Exército, que se encontravam bastante desatualizados.

A doutrina de emprego operacional era desordenada, segundo A. de Carvalho, em *Caxias* (Rio, Bibliex, 1972, p. 161):

A Infantaria obedecia as instruções já fora de uso em Portugal, de Bernardo Antônio Zagalo. A Cavalaria seguia as Instruções de Doutrina do marechal inglês Carr Beresford, do início do século. A Artilharia seguia a Doutrina da Guarda Real Francesa do general Pardal e a da extinta Comissão Prática de Artilharia.

A Disciplina e a Justiça Militar ainda se baseavam nas doutrinas do Conde de Lippe, quase centenárias.

Caxias adaptou a doutrina vigente em Portugal de in-

fluência ainda inglesa para as três armas, às circunstâncias de nosso Exército. E ressaltou na justificativa: *enquanto não se organize uma tática privatamente nossa, de acordo com as realidades operacionais sul-americanas...*

Com isso tomou-se o pioneiro do ideal de uma Doutrina Militar Terrestre Brasileira genuína, conforme ressaltou, o coronel Amerino Raposo em, *Caxias e a Doutrina Militar* (Bibliex, 1959).

– No tocante à Disciplina e à Justiça Militar, conseguiu, como Senador, Conselheiro de Guerra, Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Guerra, a aprovação do: *Regulamento Correcional das Transgressões Disciplinares* de um novo *Código Penal Militar*.

Foi com essa doutrina de instrução, emprego, justiça e disciplina que o nosso Exército enfrentou a Guerra do Paraguai, apoiada numa organização institucional mais ágil, representada pelas figuras do Quartel Mestre General e do Ajudante General.

– Caxias voltou a bater, em 1862, na tecla do Serviço Militar Obrigatório e insistiu:

...o único meio de se conservar (manter) no Im-

pério um Exército, ainda que pequeno, mas o indispensável à sua defesa, é o de chamada obrigatória para o serviço das armas, dos indivíduos que, em vossa sabedoria, julgardes que devem constituir a massa recrutável de nossa população?

– Ele defendeu, no Senado, a idéia da criação de Colônias Militares que constituiu grande avanço, de expressiva projeção geopolítica, ao criar núcleos políticos nacionalizadores em vazios demográficos junto as nossas fronteiras, em especial: *num país vastíssimo como o nosso, em muitos pontos baldos (carentes) de população civilizada e, em outros, apenas habitados por selvagens, limítrofe, além disso com Estados (nações) em idênticas senão menos lisonjeiras condições, o estabelecimento (criação) de colônias militares não é só uma conveniência administrativa, como também medida política (dir-se-ia geopolítica) de reconhecida necessidade*⁸.

– Caxias dedicou atenção especial à fabricação da pólvora (ainda com fumaça), na Fábrica de Estrela.

Ele recebeu informação confidencial de Américo Costa, da Legação do Brasil

7. A. Carvalho, "Caxias", p. 165.

8. Idem, p. 166.

na Prússia, em 1º de outubro de 1861, sobre a descoberta de uma nova pólvora pelo capitão Shultze, do Exército dessa nação, que havia sido experimentada satisfatoriamente na fortaleza de Spandaw.

Seguramente tratava-se de pólvora sem fumaça, cuja fabricação começou no início do século, na Fábrica de Piquete construída pelo Ministro da Guerra Marechal João Neponuceno Mallet. Ela foi a primeira da América do Sul e constitui um marco de sua administração, ao lado da criação do Estado-Maior do Exército.

Do grande pintor Araújo Porto Alegre, Barão de Santo Ângelo, Caxias recebeu a seguinte informação confidencial de Berlim, datada de 3 de setembro de 1861:

Na Escola Politécnica de Viena, assisti a experiências de um novo bronze, que oferece dupla vantagem sobre o atual. É mais sólido e mais elástico, e com ele se poderá fazer Artilharia mais leve, o que será de grande auxílio para o transporte e manobra na nossa guerra (a do Paraguai ?).....

Os homens que aí vejo, pacientes, com natureza para tais ensaios, por terem gênio particular para isso,

são o Conselheiro Mello, do Observatório, ou o dr Capanema (pioneiro da telegrafia no Brasil) e, talvez, o dr Azevedo Coutinho, da Casa da Moeda, porque é muito paciente e tenaz para tudo. E este ensaio se pode fazer sem embarços, porque não envolve complicações e despesas grandes.....

Em ocorrência (época) alguma se procurou mais a arte de destruir do que na atual, em que todos os governos se armam por causa de uma mútua desconfiança.

Em breve eclodiriam, ao nosso ver, três pioneiras guerras totais: a de Sesseção, nos Estados Unidos, a da Tríplice Aliança, contra o Paraguai, e a Franco-Prussiana.

Com as medidas abordadas nas duas oportunidades em que foi ministro da Guerra cumulativamente como Chefe do Governo, Caxias preparou o melhor possível o Exército para o confronto que seria a Guerra do Paraguai.

• Realizações em sua 3ª e última investidura no Ministério da Guerra.

– Logo no início de sua gestão, Caxias conseguiu a aprovação do Regulamento para a Disciplina (sentido de organização) e Serviço Interno dos Corpos Arregimen-

tados em Quartéis Fixos. Equivalia ao atual RISG – Regulamento Interno dos Serviços Gerais. Possui disposições comuns a todas as armas. Havia nele uma grande preocupação com o manejo das cavalcadas, que representavam a mobilidade. As atribuições afetas ao comandante de unidade ainda são de muita atualidade. Foi aprovado pelo Decreto 6373, de 15 de novembro de 1876.

– Caxias, que a havia construído, na sua primeira investidura como Ministro da Guerra, promoveu a ampliação da Escola Militar. Conseguiu adquirir armamento de retrocarga Comblain para a Infantaria, além de transformar, de percussão periférica para central, 5.000 fuzis Robert e 2.000 carabinas Spencer de retrocarga.

– Na sua 3ª gestão foram construídos os fortes de Uruguaiana, Corumbá e Tabatinga, de projeção na defesa da fronteira e na geopolítica brasileira. Veja-se hoje a importância dessas cidades no intercâmbio do Brasil com a Argentina, a Bolívia e a Colômbia.

– Nela foi criado o Corpo de Transportes, no Rio Grande do Sul, destinado a transportar materiais e pessoal, dos portos fluviais ou estações fer-

roviárias para as unidades de fronteira e vice-versa.

O corpo de Transporte, ao comando do major Bento Gonçalves da Silva Filho (neto do líder farrapo) foi capturado pelos federalistas no cerco, seguido de massacre por degola da Cavalaria Civil, em Rio Negro, atual Hulha Negra, em 28 de novembro de 1893.

Quando aluno da Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, o futuro marechal Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB, usou meios desse Corpo para deslocar-se, de corona, até Rio Pardo.

— Caxias criou as Companhias de Telégrafos, as pioneiras da Arma de Comunicações, para apoiar o surto telegráfico ocorrido quando, Chefe do Governo (1875-77), foram ligados ao Rio, pelo telégrafo, às cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, para atender à necessidades preventivas de Defesa Externa.

— Adquiriu a Ilha do Bom Jesus, local do asilo de Inválidos da Pátria, instituição que, até bem pouco tempo, amparou militares invalidados em operações militares.

Em 1985 ela abrigava a Companhia de Comando da 1ª

Região Militar, ocasião que foi recolhido seu livro Histórico ao Arquivo Histórico do Exército, onde se encontra.

— Também nessa sua gestão deram-se a criação dos cursos de Infantaria e Cavalaria no Rio Grande do Sul,

O atual ABC, em São Paulo, foram terras que seriam destinadas aos ex-combatentes Voluntários da Pátria, segundo o general Plínio Pitaluga que hoje cuida dos interesses de veteranos de guerra brasileiros.

da Escola Prática de Tiro de Campo Grande (local da Escola de Realengo), e do Corpo Eclesiástico do Exército (capelões) e dinamizaram-se os Depósitos de Aprendizes Militares no Arsenal de Guerra e Aprendizes de Artilheiros (pioneiros do SENAI) na Fortaleza São João.

Foram dadas garantias a veteranos Voluntários da Pátria do Paraguai. O atual ABC, em São Paulo, foram terras que seriam destinadas aos ex-combatentes Voluntários da Pátria, segundo o general Plínio Pitaluga, que hoje cuida dos interesses de veteranos de guerra brasileiros.

— Caxias criou estímulos ao recrutamento, para atender à Fábrica de Ferro de Santana do Ipanema, à Fá-

brica de Pólvora de Estrela, aos hospitais, farmácias etc.

Em resumo Caxias, preocupou-se com os Voluntários da Pátria, com o ensino profissional de menores, com os militares inválidos em ação de guerra, com a

normalização da vida nas casernas, com o aperfeiçoamento do ensino no tocante a sua praticidade, com cursos de Infantaria e Cavalaria e a Escola Prática de Tiro de Campo Grande (Realengo), com a atualização do armamento do Exército, do de carregar pela boca pelo de retrocarga e de percussão periférica, e de fortificar alguns pontos desguarnecidos da fronteira, proporcionando grande intercâmbio com nações vizinhas.

PROJEÇÃO DE CAXIAS NO DESENVOLVIMENTO DA DOCTRINA DO EXÉRCITO

Sendo a doutrina militar representada, numa defini-

ção simples, como a maneira pela qual um Exército é organizado, equipado, instruído, motivado (moral) e empregado operacionalmente, passaremos a apreciar a projeção de Caxias no desenvolvimento da doutrina do Exército, em face da sua atuação nas funções que exerceu como Ministro, Senador e Chefe de Governo, atrás comentada.

• **Quanto à organização:**

Caxias procedeu profunda reforma administrativa, com a criação das funções de Ajudante General e de Quartel Mestre General do Exército. Ele criou os Conselhos Econômicos nos Corpos de Tropa, que lhes racionalizaram e padronizaram a administração. Teve aprovado o Regulamento para a Disciplina (ordenamento administrativo) e Serviços Internos dos Corpos de Arregimentados e Fixos, com projeção no campo da Instrução e do Equipamento. Promoveu a criação do Corpo Eclesiástico do Exército (capelães), e a adoção do novo Regulamento para o Serviço de Saúde do Exército (Dec 1900/57). Insistiu reiteradamente junto ao Parlamento para a adoção do Serviço Militar Obrigatório, que foi concretizado em 1874.

A criação do corpo de Transportes no Rio Grande do Sul, teve repercussões na organização e no emprego, de Companhias de Telégrafos, para fazer face ao surto da telegrafia iniciado em 1852. Com ela estabeleu uma linha de Segurança Interna, no Rio de Janeiro: QG – Palácio Imperial Quinta da Boa Vista – Polícia Militar (atual QG da PMRJ) – Arsenal de Guerra – Arsenal de Marinha.

Caxias deu apoio ao aproveitamento de menores carentes como aprendizes militares, no Arsenal de Guerra, e aprendizes artilheiros, na Fortaleza São João, contribuindo para a renovação de técnicos e de artilheiros. Ele construiu os fortes de Uruguaiana, Corumbá e Tabatinga, com reflexos na Organização já comentada. Promoveu o contrato de veterinário e de picador, com vistas ao manejo racional das cavalhadas do Exército. Deu estímulos à maior produtividade das fábricas de pólvora de Estrela, e de ferro, de Santana do Ipanema, em São Paulo.

• **Quanto ao Equipamento:**

Promoveu a aquisição parcial de armamento retro-

carga, para a Infantaria e a Cavalaria, de canhões Krupp para a Artilharia e a transformação de 5.000 fuzis Robert e 2.000 carabinas Spencer, de percussão periférica para percussão central.

• **Quanto a Instrução e Ensino:**

Retirou a formação profissional de oficiais do Largo do São Francisco para a Fortaleza de São João, enquanto durou a construção da Escola Militar da Praia Vermelha formadora da geração de jovens oficiais que combateram na Guerra do Paraguai (Deodoro, Floriano, Tibúrcio etc). Promoveu a destinação do Salitre, na Lagoa Rodrigo de Freitas, para manobras e instrução de tiro da Escola Militar; a dinamização da formação de menores aprendizes artífices e artilheiros já citadas; a criação da Escola Prática de Tiro (em geral) de Campo Grande, com sede no antigo prédio que seria ocupado, de 1913 a 1944, pela Escola Militar do Realengo; a criação dos Cursos de Infantaria e Cavalaria, na Província do Rio Grande do Sul; e a instrução do Exército segundo doutrina apoiada na adaptação das Ordenanças de Portugal para as três armas.

• **Quanto à Motivação (Desenvolvimento do Moral):**

Incentivou-a com a adoção de data única para as promoções nas três armas; a criação de Pagadoria para as tropas da Corte; a adoção de novo Código Penal Militar, mais brando, que substituiu os draconianos e centenários *Artigos de Guerra* do Conde de Lipe, e do Regulamento Correccional das Transgressões Disciplinares, padronizando punições e critérios, que procuraram erradicar abusos e arbitrariedades de algumas autoridades, conforme justificou ao adotá-lo; a criação de Colônias Militares, avós dos Pelotões de Fronteira, onde eram aproveitados militares reformados por idade ou incapazes para o Serviço Militar, na dupla missão de vivificá-las, política e economicamente, e defendê-las, se necessário, como se fez em Dourados, sob a liderança do tenente Antônio João; da compra da Ilha de Bom Jesus, sede do Asilo de Inválidos da Pátria, instituição criada para amparar militares brasileiros inválidos quando em serviço; da garantia de vantagens aos Voluntários da Pátria, quando de seus alistamentos para Guerra do Paraguai; da sua liderança carismática, que foi capaz de anular ou de des-

timular esforços erradicadores do Exército, retomados com vigor após a sua morte e a de Osório, em 1880 e 1879, respectivamente.

• **Quanto ao Emprego**

Antes das guerras contra Aguirre e Rosas e do Paraguai, promoveu a adoção das Ordenanças de Portugal para as três armas adaptada às realidades operacionais sul-americanas, que vivenciara nas 5 companhias militares que comandara. Aumentou a operacionalidade do Exército, com o Corpo de Transportes e as Companhias de Telegrafias. Consolidou a estrutura administrativa e logística de zona de retaguarda, representada pelo Ajudante General e o Quartel Mestre General.

CONSIDERAÇÕES OPORTUNAS

Caxias não podia tudo. Dependia para as reformas que desejava para o Exército, da Câmara e do Senado, que eram mais simpáticos à Guarda Nacional, subordinada ao Ministério da Justiça. A Guarda competia de modo desigual com o Exército no recrutamento, o qual raramente conseguia atingir os efetivos que a lei lhe facultava.

Falecidos os senadores Caxias e Osório, já em 1881

foi fundado, na Santa Cruz dos Militares, o Diretório Militar. Esse Diretório visava a eleger militares dos três partidos para, na Câmara e no Senado, tentarem minimizar a falta de ambos os líderes na proteção dos assuntos do Exército.

Nesse contexto, surgiu a primeira revista militar, a *Revista Militar Brasileira*, atual *Revista do Exército Brasileiro*, que, em 1882, em editorial, traduziu o ânimo dos militares da seguinte forma: *Um país como o Brasil que julga que um Exército só se faz necessário quando o inimigo lhe bate arrogantemente à porta, que não aquilata o mérito militar, que aniquila a verdadeira disciplina, que pouco aprecia a dedicatória ao Serviço Pública...*

Caxias, conservador, e Osório, liberal, foram essenciais como obstáculos à erradicação do Exército e moderadores das hostilidades políticas e culturais contra ele.

Aí está estampado, em parte, o espírito de descontentamento do Exército, logo após a morte de ambos. Amigos íntimos e até confidentes, embora militares de agremiação políticas rivais, fizeram juntos a política do Exército e não política no Exército, como mais tarde o

general Goes Monteiro iria preconizar.

Desaparecendo essas lideranças as hostilidades de que eles eram obstáculos tomaram vulto e despertaram reação igual e contrária, traduzida pelo Diretório Militar, pela Questão Militar, pela Fundação do Clube Militar, pela deposição do Gabinete Ouro Preto e pela proclamação pacífica e tranqüila da República, seguida de sua sangrenta consolidação para sufocar as reações armadas que a ela se fizeram, de 1891 a 1915.

Deodoro, ao depôr o Gabinete Ouro Preto, responsabilizou-o de *possuírem firme propósito em abater e mesmo de dissolver o Exército*. É o que se pode concluir da obra de Ernesto Senna, o repórter da Proclamação da República, *Deodoro, subsídio para a História-Notas de um Repórter* (Rio, Imp. Nacional, 1939).⁹

9. Ver "O Exército na Proclamação da República" (Bento, Cláudio Moreira, SENAI, 1989) e "Cadernos da Comissão dos Centenários da República e da Bandeira" (SENAI - BIBLIEx, 1989)

10. Ver "A Questão Militar - Perspectiva do Exército" in: "Em Busca de Identidade o Exército e a Política"... cit (pp.46-64). Seu autor, Edmundo C. Coelho, faz interessantes considerações e apresenta gráficos com percentuais do orçamento destinado ao Ministro da Guerra, vendo-se, que foram normais, com Caxias Ministro.

Se Caxias tivesse sobrevivido até 1890, como o seu parente da mesma idade e colaborador, Marques da Gávea, é possível que a República não tivesse se implantado, pelo menos via Exército, com apoio de parte da Marinha.¹⁰

Caxias, na primeira vez que exerceu o cargo de Ministro da Guerra, teve seu Ministério contemplado com uma média de 27% do Orçamento; da segunda (1861-62), cerca de 21% em média, e da terceira cerca de 13% em média. O percentual durante a Guerra do Paraguai foi de cerca de 46% e, durante a Guerra de 1851-52, de 36,7%. Conclui-se, pois que Caxias não tirou partido de sua posição de Chefe do Governo para dotar o Exército de maiores verbas.

Caxias conseguiu com seu carisma e prestígio civil e militar minimizar o que interpretaria muito bem o general Aurélio de Goes Monteiro:

Sempre achei que vivemos num país que, a despeito das aparências em contrário, tem uma espécie de repulsa pelo espírito militar, sendo que, desde os tempos coloniais, o que tem prevalecido nas organizações que se dizem militares é o espírito miliciano ou pretoriano e não o do verdadeiro soldado.

Tal contexto cultural foi modificado, a partir da Revolução de 30, pelo próprio general Goes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército e assessor do Ministro Dutra, ao orientar seus subordinados:

Sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve ser criada no sentido de se fazer a política do Exército e não a política no Exército... A política do Exército consiste na preparação para a eventualidade de uma guerra. E esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material - no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda a natureza - e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo o interesse nacional.

Parte desse pensamento, cremos que, implementado, ajudou a mudar o panorama cultural de repulsa histórica ao espírito militar. Para isso, muito contribuiu o ensino modernizado nas atuais Escolas de Sargentos das Armas, Academia Militar das Agulhas Negras, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a Escola de Comando e Estado-Maior que, aos pou-

cos, consolidaram no Exército, o verdadeiro espírito do soldado, contrário ao dos pretorianos e milicianos que a Primeira República conseguira imprimir em alguns setores de Exército, por pressões oligárquicas.

Dão a medida do que foi o grande equívoco do bacharelismo militar no Ensino (1874-1905), os ilustres e abalizados chefes: Marechal Setembrino de Carvalho, pacificador do século XX no Ceará (1910), no Contestado (1916) e na Revolução de 1923, no Rio Grande do Sul, e o Marechal Estevão Leitão de Carvalho, líder dos Jovens Turcos e que chefiou a Co-

missão Mista Brasil - EUA em Washington durante a II Guerra Mundial.¹¹

Goes Monteiro se consagrou como grande pensador militar brasileiro no seu livro *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. (Rio, Adersen Ed, s/d.). Seu arquivo pessoal foi trabalhado pelo Arquivo Histórico do Exército, dada a sua relevância a o interesse que tem despertado, inclusive em historiadores e cientistas políticos, nacionais e estrangeiros. Ele é aqui lembrado porque muito aprendeu com a vida e obra de Caxias, ao ponto de produzir como Ministro da Guerra (1934-

35), alentado artigo de 40 páginas, *Caxias como Comandante-em-Chefe* (Revista Militar Brasileira, 25 agosto 1935, Especial p.231-271), na qual o Presidente Getúlio Vargas de próprio punho escreveu, balizando a projeção de Caxias na Unidade Nacional:

O Duque de Caxias, nas lutas internas em que foi chamado a intervir, nunca se deixou ganhar por ódios políticos ou por paixões subalternas. Agia sempre dentro de um equilíbrio perfeito entre o dever do cidadão e o prestígio da função militar, orientado sempre pelo sentimento da Unidade Nacional.

11. Carvalho, Fernando Setembrino de, mal. "Memórias, Dados para a História do Brasil" (Rio, s/ed, 1950); CARVALHO, Estevão Leitão do, mal. "Memórias de um Soldado Legalista" (Rio, BIBLIEX, 1951, t.1, 1.1-2) e "Dever Militar e Política Partidária" (S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1959)